

DOCUMENTÁRIO

MEMÓRIA HISTÓRICA DE CANANÉIA (IV).

(Continuação).

CAPÍTULO VII.

A ILHA DE CANANÉIA.

Como simples nota explicativa precisamos dizer algo sobre a palavra **Cananéia** ou as **Ilhas de Cananéia**, a que continuamente aludem os escritores da época.

Como se sabe, o município é formado por uma faixa de terras situada no continente, além de diversas ilhas, que formam o "Arquipélago de Cananéia", como disse o dr. Afonso A. de Freitas em sua **Geografia do Estado de São Paulo**.

Entre elas, por sua situação privilegiada, importância de ancoradouro e posição geográfica, destaca-se a do Bom Abrigo.

E' ela o ponto de parada obrigatório dos navios que, acosados pelas tempestades, ali procuram refúgio e abrigo, tendo servido, outrora, como estação de aguada aos veleiros, que por ali passavam...

Ainda hoje, não só tais embarcações, como as lanchas empregadas no serviço de pesca, ali buscam repouso e se abastecem do precioso líquido.

Fica no Oceano, a cinco quilômetros da barra e fronteira ao pontal do Itacurussá, na ilha do Cardoso.

Estendidas pela costa, encontram-se: Cardoso, outrora conhecida por Itacotiara, que se prolonga para o sul, até à barra de Ararapira, e ilha Comprida, para o norte, deixando de pertencer à barra de Cananéia.

A ilha de Cananéia, propriamente dita, fica situada nos mares interiores, ou antes, entre a baía de Trapandé ao sul, mares de Cubatão a oeste, de Aririaia ao norte e Mar Pequeno a leste.

E' possível, portanto, que a chamada **ilha de Cananéia** dos historiadores fôsse, ora a do Bom Abrigo, ora a ilha Comprida, indistintamente.

Pero Lopes, no **Diário da Navegação da Armada**, descrevendo a viagem ao longo da costa paulista diz:

“Sabbado, dōze dias do mez de Agosto (1531) com vento nordeste fazia-mos o caminho de essudoeste: e ao meio dia vimos terra: seriamos della hum tiro d’abombarda; por nos afastar della, virá-mos no bordo do mar mandou o Capitam I (irmão) arribar para fazer-mos nossa viagem para o Rio de Santa Maria; e fazendo o caminho do Sudoeste de-mos com hua ilha. Quiz a Nossa Senhora e a Bemaventurada Santa crara, cujo dia era, (12 de Agosto) que alimpôu a neboa e reconhece-mos, ser a ilha de Cananéa; e fomos surgir, entre ella e a terra, em fundo de sete braças — Esta ilha tem em redondo hua legoa; faz no meo hua selláda, está de terra firme hum quarto de legôa, hé desabrigada do vento sul sussudoeste e do nordéste que quando vénta mete mui grande mar...”.

Como se vê, trata-se, não de Cananéia, mas sim da ilha do Bom Abrigo.

Conhecendo-se a linha de navegação, sabe-se que, pelo rumo seguido pela armada, que então navegava com vento nordeste, fazendo o **caminho do sudoeste**, fatalmente encontraria — acompanhando a costa de São Paulo — a ilha do Bom Abrigo, onde atualmente há muitos anos existe um farol para servir de guia aos navegantes.

Embora pequena é montanhosa e, como declara o **Diário** é “sellado no meio”, ao contrário das ilhas Comprida — que é rasa, plana e alagadiça, — e a do Cardoso, que excessivamente montanhosa não apresenta semelhante forma. Não queremos referir-nos à ilha de Cananéia que se encontra nos mares e canais interiores, e, por isso mesmo, não é do Oceano, de onde apenas pode ser avistado o cume do morro de São João que se ergue ao sul da mesma.

Outro ponto característico da ilha do Bom Abrigo é ter mais ou menos “hua legua em redondo”, ao passo que a de Cananéia tem mais de seis léguas de circunferência.

Quanto à distância que a separa da terra firme, ou melhor, da costa, — pois que presumiam os navegantes que a praia fôsse de fato da **terra firme**, quando o era da ilha do Cardoso — é aproximadamente de um quarto de légua, enquanto que a ilha de Cananéia se encontra a algumas centenas de metros do continente.

Também o local assinalado “entre a ilha e a terra” ainda hoje conserva a profundidade narrada pelo cronista, o que raramente se verifica defronte da ilha de Cananéia, onde chega a ser até de 30 braças.

Nem outra podia ser essa ilha, se não que a de Bom Abrigo, uma vez que navegando a esquadra pelo Oceano — rumo nordeste-sudoeste — jamais avistaria a ilha de Cananéia, que fica encoberta pelas ilhas Comprida e Cardoso, que se estendem por mais de doze léguas de costa, mas tão somente a do Bom Abrigo.

Também quanto à segurança de seus ancoradouros: ao passo que em tôrno da ilha de Cananéia é geral, na ilha do Bom Abrigo ficam as embarcações em desabrigo para os lados de sudoeste e noroeste, onde quase sempre sopram ventos que levantam “grandes mares”.

Em tôrno da ilha de Cananéia o mar é sempre um grande-lago, calmo e tranqüilo.

*

Estas notas e observações, que à primeira vista parecerão desnecessárias, julgamô-las de importância para, confirmando o que dissemos sobre a fundação de Cananéia, voltarmos à afirmação de que a primeira vila teve início na ilha Comprida que, nessa época, devia ser conhecida também pelo nome genérico de **Cananéia**.

*

* * *

CAPÍTULO VIII.

DAS TRIBOS QUE HABITAVAM EM CANANÉIA.

O território atualmente ocupado pelo município de Cananéia era outrora habitado pelos gentios, que se dividiam em tribos, entre as quais a dos **tupis**, que

“descendo o rio Paranaíba, no ponto que é denominado **Paraná**, derramavam-se entre os rios Iguassú e Uruguai, ocupando todo esse litoral desde Cananéia até a lagoa dos Patos, onde Martim Afonso de Souza também os encontrou em 1531”.

Diogo Garcia, *Memorias de la navegacion... en el año de 1526-1527*, escreveu:

“...en S. Vicente, questá em 24 grados, vive un bachiller e unos yernos suyos, mucho tiempo ha, que han bien 30 años; e ali estuvimos hasta 15 de Enero del año siguiente de 27... y está una gente ali con el bachiller que comen carne umana, y és mui buena gente, amigos mucho de los cristianos, que llaman Topies”.

O dr. João Mendes de Almeida em seu livro **Notas Genealógicas**, comentando as memórias acima citadas pergunta:

“Esta carta teria sido escrita depois de 1531, quando já era conhecido o nome de pôrto de São Vicente? Ou, como parece muito provável, êsse pôrto de Diogo Garcia era mais ou menos Cananéia?”

“Nesse lugar mais ou menos Martim Afonso de Souza encontrou também em 1531 o tal **Bacharel**”.

A família dos **tupis**, considerando-se nação privilegiada — prossegue o autor — disputava a tôdas as outras a hegemonia: e, pois, ei-la dividida em **tupi-ná-abá** e em **tupi-na-ki**, procurando expansões desde a foz do rio Xingú no Amazonas, até à serra Ibiapaba, depois de terem atravessado o rio Araguaia e Tocantins, a terra dos Crixás, e as chapadas das Mangabeiras. Da serra Ibiapaba expulsaram os tapa-jaras, e, após anos, daí espalharam-se em tribos para a conquista da costa meridional até Cananéia, fazendo estações mais ou menos demoradas em lugares abundantes de peixe e de caça.

“Foi por isso que no tempo da descoberta, impellidos para o sertão os **taba-jaras** e os teremembés, os **tupis** foram encontrados senhores do litoral, desde Ibiapaba, até a foz do rio São Francisco; e, daí os **tupi-na-ki** haviam continuado a migração até Cananéia.

“Os **carib-óca**, seus inimigos, que bem os conheciam, nomeavam também por **tupi-na-ki** os goiá-na; sem embargo de alguns cronistas considerarem tapuias os mesmos **goia-na**, alegando para isso falsas razões tiradas da desinência comum à denominação da mesma nação. E **tupi-na-ki** foram os que receberam em 1500 o descobridor Pedro Álvares Cabral, segundo afirmam os cronistas em geral”.

Frei Gaspar da Madre de Deus declara que os **tupis** acompanhando o litoral são encontrados entre Itanhaém e Cananéia, e em **Pira-tininga** (61).

Todos os historiadores, aliás, são acordes em afirmar, como o autor das **Notas Genealógicas**, terem sido os **tupis**, habitantes dessa parte do litoral da antiga Capitania de São Paulo.

A antiga povoação, hoje vila e sede do distrito de Paz de Arapira, que fazia parte integrante do município de Cananéia — de onde foi desmembrado em 1920, — foi, segundo a opinião dos cronistas,

(61). — Frei Gaspar, Memórias para a História da Capitania de São Vicente, I, pág. 136.

“um pequeno arraial que começou por aldeamento de índios”.

enquanto que a antiga povoação de Cananéia era citada pelos historiadores como o **antigo pôrto dos tupis**.

Se houve dúvidas sôbre êsses fatos, foram elas originadas pela confusão que parece existir entre os cronistas, como facilmente se deduz dos trechos publicados pelos mesmos, entre os quais citaremos de passagem o brigadeiro Machado de Oliveira que, escrevendo sôbre

“as animosidades e tropelias dos carijós, repelindo constantemente as tentativas que se faziam para o descobrimento das regiões meridionais” (62),

cita o fato do extermínio da expedição dos oitenta homens que Martim Afonso

“fêz partir de Cananéia para o interior, embaído e desatinado por sugestões de Francisco Chaves que lhe fizera imaginar o sertão pejado de fabulosas riquezas”

acrescentando, logo a seguir, que a morte de Pedro Corrêa e João de Souza, ocorrida em setembro de 1554, também citada pelo padre Simão de Vasconcelos em sua **Crônica**, fôra levada a efeito pelos **carijós**, e tanto assim que, por êsse motivo, foi lembrada ao Capitão-mor Jerônimo Leitão, a recomendação do donatário de

“debelar o gentio de Cananéia, a sua total extinção, tendo sido nomeados para cabo dessa emprêsa, Rui Pinto e Pedro de Góes, já para isso remunerados”.

Precisamos ponderar, porém, que os gentios de Cananéia não eram **carijós**, mas sim **tupis**, como se verifica da atenta descrição de tôdas as crônicas existentes sôbre o assunto.

Azevedo Marques, por exemplo, citando o mesmo fato, esclarece a questão, dizendo que

“desta desgraçada expedição não voltou um só homem, perecendo todos às mãos dos ferozes carijós, nas cabeceiras do rio Iguassú, campos de Coritiba” (63).

Outros ainda, como Warden, escrevem: **guaianases**.

(62). — Machado de Oliveira, **Quadro Histórico da Província de São Paulo**, pág. 74.

(63). — Azevedo Marques, **Apontamentos históricos da Província de São Paulo**.

“A l'arrivée des Portugais, cette nation habitait la côte depuis Angra dos Reis jusqu'au Rio de Cananéa. Ils étaient voisins des Carijos et des Tamoyos, etc. (64).

De acôrdo, porém, com o que escreveu o padre Fernão Guerreiro, — **Relação annual das cousas que fizeram os padrões da Companhia de Jesus no anno de 1606-1607**, os **goiá-ná de Pira-tinga**, ou sejam os guaianases de Warden, eram como o afirma o Dr. João Mendes de Almeida, os **tupí-na-ki**, denominação esta também dada pelos carijós aos **goiá-ná**, como diz Fernão Guerreiro.

Para concluir, transcrevemos o que, a respeito de tão interessante assunto, publicou o dr. João Mendes:

“Alguns cronistas soiam confundir essas denominações e até as tribos indígenas, como se vê na mesma obra de Frei Gaspar da Madre de Deus, I, 137 e 138: mas, nesse ponto, coincidem tôdas as narrações, para afirmarem a existência de **tupis** no litoral, desde o rio Iriripiranga, até à lagoa dos Patos.

O historiador iguapense, sr. E. G. Young, em sua **História de Iguape**, faz alusão a uma tribo de índios que habitava aquela parte do litoral, dizendo, entretanto, que, apesar dos documentos encontrados por si nos arquivos da antiga vila fazerem referência à mesma, não conseguira descobrir dados melhores para a sua identificação.

E, como prova de sua existência, cita parte do documento que se refere ao ençontro da Imagem do Bom Jesus nas praias da Juréia, onde, segundo a narrativa, há esta frase: “foi a mesma necontrada **por dois índios boçaes**”.

Naturalmente o saudoso escritor não se preocupou com a verdadeira significação do vocábulo **boçaes**, o que o levou ao exagêro de afirmar a existência da **tribo dos boçaes**, — êrro aliás perdoável em quem, como o esforçado historiador, não sendo brasileiro de origem e desconhecendo, talvez, a etimologia de certos vocábulos, fâcilmente confundira sua verdadeira expressão.

Tratava-se apenas de gente ignorante, gente inculta, índios que quase nada conheciam, como se pode deduzir da palavra **boçaes**.

Daí, à existência dessa tribo desconhecida, vai muito longe.

Para terminar, diremos que, se de Ubatuba para o norte habitavam os tamoyos, e, de Paranaguá para o sul os carijós,

— todo o litoral paulista era ocupado pelos tupis que, desde os primeiros anos, após a descoberta do Brasil, tornaram-se amigos dos portugueses.

*

* *

CAPÍTULO IX.

FRANCISCO DE CHAVES.

E' sabido que em 1508 partiu da Espanha uma frota comandada por Vicente Yanez Pinzon e Juan de Solis, para exploração da costa de "Vera Cruz" e, chegando em viagem à latitude de 23° e 1/4 sul, portaram em terra, ficando aí perdidos sete castelhanos, tendo o comandante por esse fato, dado ao lugar o nome de **Rio dos Inocentes**.

Reconhecida, porém, a inexatidão das posições pelos cosmógrafos daquele tempo, acredita-se hoje que o Rio dos Inocentes de João de Solis, seria o **Rio de Cananéia** de Américo Vesúcio e de Martim Afonso de Sousa.

No ano de 1526 ou princípios de 1527, como diz Young, Diogo Garcia chegou a uma baía chamada **Rio dos Inocentes**, onde encontrou um bacharel que lhe forneceu carne, peixes, etc., e deu-lhe um genro para intérprete.

Esse fato parece demonstrar que o lugar assim denominado não seria outro senão que a própria entrada da barra de Cananéia.

De acôrdo com o **Diário da Navegação da Armada** sabe-se que Martim Afonso, ao aportar em Cananéia, ali encontrou um bacharel português e **Francisco de Chaves**, além de cinco ou seis castelhanos. Eram os náufragos da expedição de Solis. Entretanto, apesar de tudo, até hoje ignora-se se Francisco de Chaves e os seus companheiros foram realmente "náufragos" ou degredados de algumas das expedições que por ali passaram.

G. E. Young, ao tratar da **História de Iguape** diz:

"Devemos julgar que os primeiros sete anos de destêro do bacharel foram passados no meio dos indígenas, sem ter companheiro europeu, chegando então a se reunirem com êle os sete castelhanos perdidos, da frota de Pinzon e Juan de Solis" (65).

A verdade é que a existência do mesmo em Cananéia, nos primeiros anos logo após a descoberta do Brasil, é fato incon-

65). — E. G. Young, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. V, pág. 230.

testável. Importante, também, sem a menor dúvida, foi o papel representado por Francisco de Chaves, que chegou a ser considerado por vários historiadores como sendo o próprio Bacharel português ali encontrado em 1531 por Martim Afonso de Sousa.

Destacando-se do grupo que residia em Cananéia há trinta anos, foi êle quem logo à chegada da esquadra afonsina, apresentou-se ao chefe da mesma, informando-o das riquezas existentes no sertão e servindo de ligação entre portugueses e naturais do país, como *gran lingua da terra*.

Conseguindo de Martim Afonso a organização da bandeira que de Cananéia internou-se pelo sertão a 1.º de setembro, acompanhou-a, na qualidade de guia, nunca mais regressando àquela povoação.

Dada a importância de Francisco de Chaves, não devemos estranhar o fato de pretenderem os seus descendentes identificá-lo como sendo o próprio Bacharel, quando não poucos escritores chegaram a expor semelhante opinião.

Dedicando-se também ao estudo da História, Waldomiro Fortes, o saudoso iguapense que tanto ilustrou a terra que lhe serviu de berço e que com verdadeiro carinho procurava decifrar os velhos manuscritos existentes nos arquivos daquela histórica cidade, sabendo dos nossos esforços em busca de elementos sôbre o Bacharel, distinguiu-nos com uma interessante notícia sôbre o assunto, enviando-nos a preciosa "carta-memória" que registramos em seguida.

Foi êle um dos melhores auxiliares do historiador E. G. Young, nas pesquisas procedidas por êste nos arquivos de Iguape, demonstrando inegável conhecimento sôbre a História do nosso litoral. Ainda mais, pelos laços de parentesco que o ligavam ao guarda-mor Manuel Bento Dias e sua mulher, d. Francisca Rosa da Paixão, de quem era bisneto, guardara a lembrança daquela *Memória* que dizia respeito à própria família. Possuía o antigo Guarda-mor o seu livro de notas no qual conservava todos os fatos a ela referentes. Foi assim que se conservou a "narração histórica" deixada pelos seus antecessores e transcrita pelo padre João Baptista da Rosa, no ano de 1840.

O referido vigário, que era natural de Cananéia, ali cantou a missa nova e exerceu o sacerdócio por longos anos.

Muito embora falseando a verdade em vários pontos, não podemos deixar de registrar algumas passagens do curioso manuscrito, que é o seguinte:

“Que no ano de 1502, mais ou menos, fôra degredado em uma ilha na costa de Cananéia, um bacharel português chamado Francisco de Chaves, e como êle, outros companheiros que foram deixados em outros pontos do litoral, sendo que Chaves ficou na ilha do Bom Abrigo. Aí, com o auxílio de ferramentas que lhe haviam fornecido, tratou de construir uma jangada para dar à costa, o que conseguiu depois de grandes esforços. E impellido pelas correntes oceânicas, veio lançar-se à praia da ilha Comprida. Diversos índios que se empregavam na pesca de mariscos, o prenderam e foram apresentá-lo ao chefe da tribo em seu aldeamento (66). O bacharel, por sua inteligência e conhecimentos tratou de captar a simpatia do chefe que lhe deu em casamento uma filha, de cuja união nasceu um filho chamado Bernardo de Chaves, que intitularam o **gran lingua da terra**, porque falava o português além de diversos idiomas tupis, e prestara valiosos serviços a Martim Afonso e sua gente, principalmente no desbravamento do sertão. Mais tarde, o bacharel acompanhado de um filho e alguns indígenas, empreendeu uma viagem mar-acima, para visitar o aldeamento de Icapara, onde existia um chefe aparentado com o de Cananéia. Aí chegando, foram recebidos com alegria e carinho, sendo de notar-se que os índios que habitavam êste litoral não eram bravos nem antropófagos.

“No dia seguinte o filho ao subir a um pequeno monte que ficou denominado **Outeiro do Bacharel**, no Icapara, ali encontrou o velho pai sentado, com a cabeça entre as mãos, chorando de saudades da pátria e da família. Trataram então de levantar uma povoação a que denominaram — Iguapê, — devido à quantidade de uma planta marinha que formava grandes ilhotas flutuantes, cuja planta até hoje denominam **guapê** ou **uapê**.

“Dizem que a palavra — Iguapê — quer dizer água ou mar, coberto de guapê, **Ig**, água, **uapê**, planta marinha.

“Depois de darem principio à nova povoação, voltou o bacharel para Cananéia, ficando no Icapara o seu filho Bernardo de Chaves, que se tornou dono das terras do continente numa extensão de seis léguas; e que por motivo do lugar onde levantaram a povoação não servir para estendê-la por estar situado entre uma nesga de terra e as montanhas, e, além disso, por haver tentativas de navios piratas na barra de Icapara, Bernardo de Chaves fêz doação das terras onde se acha atualmente a cidade de Iguape, nas quais trataram de erguer a nova vila, pas-

(66). — A primitiva povoação foi fundada na face ocidental da ilha Comprida, no lugar ainda hoje conhecido pela denominação de Boa Vista.

sando a outra a denominar-se — **Vila Velha**. Nessa época a povoação de Cananéia, sob os auspícios do bacharel, seu fundador, caminhava florescente”.

E prosseguindo, refere-se a “memória” aos descendentes de Francisco de Chaves, dizendo:

“Joaquim Floriano de Chaves era o último descendente do Bacharel, sendo tataraneto de Francisco de Chaves.

“Nasceu em 1730 (67) e casou-se com d. Josefa de Oliveira Rosa, no ano de 1827. D. Josefa nascera no ano de 1812; era filha do guarda-mor Oliveira Rosa, e irmã do padre João Batista da Rosa, Ana Carneiro, casada com Joaquim Alves Carneiro, último almotacel de Iguape.

“D. Josefa da Rosa, dêsse consórcio teve um filho chamado Malaquias, que faleceu aos 10 ou 12 anos de idade. Por morte de Joaquim Floriano de Chaves (?) casou-se ela com João Batista das Neves, conhecido por João Saloia.

“Joaquim Floriano era homem abastado, sendo o guarda-mor Oliveira Rosa descendente de família nobre de Cananéia.

“Devido à posição de destaque, era bastante conhecido em seu meio social, havendo ainda hoje várias pessoas residentes em Cananéia que dêle se recordam, assinalando até mesmo a casa de sua residência, à rua Tristão Lobo, antiga rua do Campo”.

O referido prédio foi vendido a Alexandre José de Sousa, em 21 de setembro de 1856 e por êste reformado em 1866, mais ou menos, sendo sub-dividido em dois prédios semelhantes, como se vê da fotografia abaixo.

Pela escritura de venda, entretanto, verificamos terem sido transmitentes José Vitorino Franco e sua mulher Jesuína Constância Chaves, os quais declararam terem possuído dito imóvel **por herança paterna**, como se vê do documento seguinte:

“Primeiro Traslado de Escripura Publica de compra e venda, da metade d’uma casa na vila de Cananéia, que fazem José Victorino Franco e sua mulher, a Alexandre José de Souza, como se segue:

(67). — Como veremos adiante, há evidente engano quanto ao seu nome. Trata-se de José Floriano da Silva Chaves, nascido, mais ou menos no ano de 1786, pois segundo o recenseamento de 1797, neste ano contava êle com 11 anos de idade. Com o posto de “sargento-mor” encontrám-lo assinando mapas de população (1810-1811) de uma das Companhias de Ordenanças da mesma vila. Não seria possível que José Floriano com 90 anos contraísse núpcias em 1827 com d. Josefa, que então teria apenas 15 anos. Era filho de Antônio Glz’ Chaves e neto do ajudante de igual nome.

Saibam quantos virem este publico Instrumento, que sendo no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e cincoenta e seis, aos vinte e dois dias do mez de Setembro do dito anno, nesta cidade de Iguape, em casa de morada de José Victorino Franco e sua melher Dona Jesuina Constancia Chaves, onde eu Tabellião vim ahi presentes elles, como vendedores, e Alexandre José de Souza, como comprador, ambos reconhecidos de mim e das testemunhas adiante assignadas, do que dou fé. Por aquelles vendedores, dito Franco e sua mulher, foi dito e declarado, que por herança paterna, são senhores e possuidores da metade de huma morada de casas, sitas na villa de Cananéa, na Rua do Campo, entre casas de José Maria Fosquini, e dos herdeiros do fallecido João Lino, referida metade dessas casas, vendem como de facto vendida fica, d'hoje para sempre, a Alexandre José de Souza, pelo preço e quantia de duzentos mil reis, que já receberão. Desta forma, sem constrangimento algum, e sem embaraços, transferem na pessoa do comprador toda a posse, jus e dominio que em dita casa tinham; fazendo esta de livre vontade, e dando aqui por declaradas as clausulas em direito exigidas. Presente o comprador acceitou esta escriptura na forma declarada. Foi-me presente a siza seguinte — Numero quarenta e quatro — Vaz — Sizas — Collectoria de Districto de Iguape — Anno financeiro de mil oitocentos e cincoenta e sete. — A fôlhas quatorze verço do livro da Receita fica lançada a quantia d'quinze mil quatorze verço do livro da Receita fica lançada a quantia d'quinze mil reis, que pagou o Senhor Alexandre José de Lara (68) em vinte e dous de Setembro do dito anno de siza correspondente a reis duzentos e cincoenta mil reis, importancia porque comprou de José Victorino Franco, metade de huma casa de Cananéa — O Collector Joaquim Maria da Costa Aguir — O Escrivão — Antonio Martins de Castro. Em certeza me pedirão lavrasse esta que lida acharão conforme; e arrego da vendedora por não saber escrever, assigna seu filho Joaquim Guilherme Chaves, e arrego do comprador por dizer não poder escrever, assigna Joaquim Euzebio Gonsalves, com as testemunhas presentes Joaquim Ferreira de Oliveira, e Joaquim Dias Martins, e com o vendedor, de que dou fé — Eu Zefirino José do Prado Tabellião que a escrevi — José Victorino Franco — Arogo de minha Mai Jesuina Constancia de Chaves — Joaquim Guilherme Chaves — Arogo do Comprador, Joaquim Euzebio Gonsalves — Joaquim Dias Martins — Joaquim Fer-

68). — Alexandre José de Souza era vulgarmente conhecido em Cananéa por Alexandre de Lara e ainda hoje os seus filhos conservam o sobrenome Lara.

reira de Oliveira. Hé quanto se continha e declarava em dita escriptura que aqui bem e fielmente fiz extrair do proprio original com a qual me conformo e me reporto do que dou fé. Vai esta por mim subscripto conferida e assignada nesta cidade do Bom Jesus de Iguape da Comarca de Santos, Provincia de São Paulo, aos vinte e dous dias do mez de Setembro do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e cincoenta e seis — Eu Zeferino José do Prado Tabellião que a escrevi, conferi e assigno em publico e raso — Em testemunho (sinal publico) da verdade. Zeferino José do Prado.

D	4.000
Estado	3.000
Guia	200
Sello	320
Traslado gratis	<u>7.520</u>

N.º 320

Pg. Tresentos e vinte reis. Iguape 22 de Setembro de 1856. Costa Aguiar — Castro. Pg. o Comprador — Prado.

*

Aos esforços de Valdomiro Fortes devemos ainda outras informações, como a que consta do livro de casamentos pertencente ao arquivo da Igreja de Iguape, onde se encontra um termo pelo qual se verifica que Jesuína Constância de Chaves, era filha de Aniceta Maria, natural de Cananéia.

Trata-se de pessoa de filiação natural, como se verá no termo seguinte, extraído do livro de casamentos, referente ao ano de 1816.

Aos vinte e hum de Outubro de mil oito centos e vinte oito, nesta Villa da Senhora das Neves de Iguape, onde ambos os Contractantes são freguêses, e moradores, dispençados os Proclamas antes do Matrimonio, pelo Reverendo Vigario da Vara desta comarca e com Provisão sua, em minha presença, e das testemunhas, o Capitão José Xaxier Rodrigues e José Ribeiro Satiro, pessoas conhecidas, pelas nove horas da noite secasou solenne mente por palavras de presente José Victorino Franco, deidade de vinte e oito annos, natural desta, filho de Margarida de Jesus, natural desta mesma Villa, solteira, com Jesuina Constancia Chaves, deidade de vinte annos, filha de Aniceta Maria, parda solteira, naturais da Villa de Cananéia, elogio na mesma ocasião lhes conferi as Bençoens Nupeciaes na forma do Rito da Santa Igreja de que fiz este assento.

(a) o Coadjutor Jose Alveres Carneiro.

(1) José Ribeiro Satiro.

(2) José Xavier Roiz.

Em outro livro — êste de 1843 — está o seguinte assento de nascimento:

Aos doze dias do mez de Abril do anno de mil oitocentos e quarenta seis, nesta Igreja Matriz da Senhora das Neves da Villa de Iguape, baptisei e puz os Santos Oleos a Guilherme, nascido a quatro meses filho de Candida solteira, escrava de Bento Dias, morador e freguez de Cananéa. Padrinhos, Vicente escravo do mesmo e Catharina escrava de José Floriano Chaves freguez desta parochia. De que fiz este assento. O Vigario José Alves Carneiro.

*

Guilherme Chaves, como se vê, era filho de Cândida, enquanto que o filho de Jesuína é Joaquim Guilherme. Trata-se, portanto, de possa diferente, mesmo porque, na ocasião da venda do imóvel, teria êle apenas 10 anos, não podendo, por isso, assinar a escritura, como o fêz o filho de Jesuína.

“As notas genealógicas de sua familia e descendência, foram escritas de acôrdo com as informações prestadas por êle próprio à sua mulher, d. Josefa da Rosa”,

reza aquela **Memória**.

Sua retirada para Iguape foi-nos confirmada por Valdomiro Fortes, com o têrmo que se segue, encontrado em um dos livros da Câmara da mesma cidade, que diz:

Termo de Vereança.

Aos trezes dias do mez de Outubro do anno de mil oitocentos e quatro annos, nesta Villa de Nossa Senhora das Neves de Iguape, comarca de Paranaguá, em Casas da Camara e Passos do Concelho, onde foi vindo o Juiz Ordinário Prezidente Raymundo Pinto de Almeida, com os Officiaes actuais abaixo assignados, afim de ahi todos juntos fazerem vereança e Cuidarem no bem comum do Povo.

Foi apresentado um requerimento de José Floriano Chaves morador em Cananéa e Antonio Pupo, pedindo chãos para edificar nesta Villa na rua da Palha.

Como acabamos de ver, José Floriano, que realmente era natural de Cananéa, ali residiu até o ano de 1804, mais ou menos, quando se transferiu para Iguape, onde mais tarde vamos encontrar seu nome, no mapa da 1a. Companhia.

*

Referindo-se aos descendentes de Francisco de Chaves, diz aquêlê manuscrito:

“Joaquim Floriano de Chaves era o último descendente do bacharel, sendo tataraneto de Francisco de Chaves. Nascido no ano de 1730, casará-se com d. Josefa de Oliveira Rosa, no ano de 1827.

“D. Josefa nasceu no ano de 1812.

“Era filha do guarda-mor Oliveira Rosa, e irmã do padre João Batista da Rosa, Ana Carneiro casada com Joaquim Alves Carneiro, último almotacel de Iguape”.

Que D. Josefa Rosa, dêsse consórcio tivera um filho chamado Malaquias, falecido aos 10 anos de idade.

E continua:

“Por morte de Joaquim Floriano de Chaves contraíra segundas núpcias, desta vez com João Batista das Neves, conhecido por João Saloia”.

“Joaquim Floriano era homem abastado e proprietário na vila de Cananéia, transferindo-se para Iguape, onde faleceu mais tarde”.

Das mesmas notas de família constava ter sido Joaquim, ou melhor, José Floriano de Chaves, Guarda-mor de Cananéia, o que não parece provável, pois de todos os documentos existentes no Arquivo do Estado e bem assim dos livros de registros por nós consultados, em nenhum dêles consta qualquer referência a êsse respeito.

*

O Sargento-mor Manuel Bento Dias, era filho de João Dias Batista, natural do Arcebispado de Braga (Portugal) e de d. Maria Pereira da Silva, natural de Iguape.

Sua mulher, d. Francisca de Paula Oliveira, era filha do Capitão Tomaz Dias Batista, de Iguape, e sua mulher, d. Rita de Oliveira Rosa, nascida em Apiaí.

Há erros evidentes na referida **Memória**, entre os quais o do próprio nome de José Floriano da Silva Chaves, que se apresenta como sendo “Joaquim Floriano”, nascido em 1730, quando a data aproximada será entre 1785 ou 1786, como se verificará pelas notas adiante assinaladas.

D. Josefa, por sua vez, teria nascido mais ou menos em 1816, porquanto de um mapa do ano de 1828 consta o seu nome com 12 anos, estando os seus irmãos: — Rosa com 18, Ana com

16, Bento com 15, João com 8, Gertrudes com 4, e Carolina com 2 anos apenas.

D. Josefa, como o padre João da Rosa, eram filhos do Sargento-mor Maunel Bento Dias, natural de Xiririca.

Examinando os mapas de população de Cananéia desde o ano de 1767, encontramos os seguintes representantes da família Chaves:

1767	
Ajudante Antonio Glz' Chaves	42 anos
m.er Ana Glz'	27 anos
Filhos	
Antonio Glz' Chaves	12 anos
Uma filha (que faleceu no ano seguinte)	
1775	
Cap. Antonio Glz' Chaves, casado	50 anos
m.er Ana Glz'	35 anos
Filhos	
Antonio Glz' Chaves, sargento	20 anos
Manoel, exposto	5 anos
Escravos, 19.	

Pelo número de escravos que possuía, é fácil demonstrar-se os recursos de que dispunha, devendo tratar-se de pessoa de importância na sociedade local.

1782	
Antonio Glz' da Silva Chaves (filho)	28 anos
m.er Maria de Andrade	21 anos
Filhos	
Hygino	2 anos
Joaquim	8 anos

Dêsse mapa não mais consta o nome do Capitão Antônio Glz' da Silva Chaves, casado com Ana Gonçalves, o qual parece já haver falecido, aparecendo daí por diante apenas o nome do filho, casado com Maria de Andrade.

1794	
Cap. Antonio Glz' da Silva Chaves (filho)	
m.er Maria de Andrade	
Filhos	
Alferes Ignacio da Silva	16 anos
Sargento Joaquim da Silva	15 anos
Antonio	10 anos
Floriano	8 anos
José Floriano	7 anos

Pelo assentamento dêste ano verificou-se os nomes do Sargento “Joaquim da Silva, de um filho chamado Floriano e de José Floriano”, que contava apenas sete anos de idade.

1797

Antonio Glz' da Silva Chaves
Maria de Andrade

Filhos

José Floriano 11 anos
Antonio 13 anos

No ano de 1801 o Capitão Antônio Glz' Chaves estava com 48 anos e sua mulher d. Maria de Andrade com 40 anos, aparecendo os filhos:

Joaquim com	19
Antônio	16
José	14

Antônio era soldado pago na praça de São Paulo, vindo a falecer no ano de 1810.

Do ano de 1829 em diante, o nome de José Floriano passa a aparecer nos mapas de Iguape. Era solteiro e exercia a profissão de calafate.

1818

Neste ano ainda encontramos os nomes do Capitão Antônio Gonçalves da Silva Chaves e de sua mulher, êle com 69 anos e ela com 67.

Recorrendo aos mapas da Vila de Iguape neles ainda vamos encontrar o nome de José Floriano, solteiro, natural de Cananéia.

Finalmente, compulsando os de 1846, também de Iguape, aí vamos encontrar sob o n.º 199 do respectivo mapa os nomes de:

José Floriano Chaves, 58 anos, natural de Cananéia.
Mulher, Josefa Maria, 30 anos.

Prova semelhante assentamento que José Floriano, como se refere aquela “memória” contrairá núpcias com d. Josefa de Rosa, cujo sobrenome aparece trocado por outro, o que aliás era muito comum.

*

Abandonando de parte a referida “memória” não podemos deixar de citar as conclusões a que chegou Young, depois de exaustivas pesquisas, quanto à descendência de Francisco de Chaves, que seria a seguinte:

Francisco de Chaves

Bernardo Rodrigues Chaves

Antonio de Barcelos
Bernardo Rodrigues Bueno
uma filha, casada com Bartholomeu Francisco.

Nuno de Chaves, c/c
Maria Nunes Chaveiro

Bernardo de Chaves
uma filha, casada com Philip Pereira Nunes.

Francisco de Pontes Vidal
e duas filhas

Francisco Alvares
Marinho teve um
filho.

Uma casada com Francisco de Pontes Vidal.

Outra, casada com Bernardo Rodrigues Bueno

Catharina Bueno, c/c
André de Pontes.

Ana Maria das Dores,
c/c Manoel da Costa.

outra, c/c Fr.co Pontes
Vidal Júnior.

Maria Rodrigues, c/c
André Gonçalves.

Sebastião Rodrigues
Bueno, c/c Maria Nunes Chaveiro.

Francisco
Alvares
Marinho

Como acabamos de ver, reina o mais flagrante desacôrdo entre as duas opiniões. Enquanto para aquela “memória”, José Floriano da Silva Chaves seria um dos últimos descendentes de Francisco de Chaves, — o historiador iguapense nenhuma alusão faz ao mesmo ou aos seus antecessores.

Entretanto, acreditamos na possibilidade da existência de qualquer grau de parentesco entre os **Chaves**, que nos princípios do século XVIII residiam na antiga vila de São João Baptista de Cananéia, e dos quais seria José Floriano um dos últimos representantes, e o degredado de 1501, — muito embora não houvéssemos conseguido identificá-lo por falta de outros documentos, naturalmente desaparecidos por ocasião da queima do Cartório no ano de 1751.

*

Quanto aos demais companheiros de Francisco de Chaves, acreditava Young terem sido, entre outros, Aleixo Garcia, Sedenho, o Bacharel, Henrique de Monte e Malaquias Ramirez.

Não só dos mais antigos mapas de recenseamento daquela vila, como da relação dos Inventários queimados constam os nomes de membros das famílias Chaves, Peres, Garcia, Ramires, etc., que devem ter qualquer relação com os dos primeiros povoadores.

*

* *

CAPÍTULO X.

A FUNDAÇÃO DE CANANÉIA.

Apesar do quanto se tem escrito sôbre esta localidade, e das crônicas no tocante à descoberta do Brasil repetirem o seu nome não poucas vêzes, muitos são ainda hoje os pontos obscuros ou contravertidos de sua História, principalmente quanto à origem do vocábulo com que se tornou conhecida e a data de sua fundação.

Dos documentos que a ela se referem, citaremos em primeiros lugar o que foi divulgado por Antônio de Toledo Piza, constante das **Notas Avulsas** de Frei Gaspar da Madre de Deus (69), onde se lê o seguinte:

“Roque Barreto, Capitão e Ouvidor da Capitania de S. Vicente, por Lopes de Souza, estando em Cananéia, passou uma provisão dada na Villa de Cananéia aos 13 de

(69). — Publicadas in Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, vol. V.

Julho de 1600 e nella diz: Que estando na povoação de S. João Baptista de Cananéa, e sendo necessario levantar nella o "Pelourinho" e insignias de Villa, e não havendo em sua companhia escrivão para fazer as ditas diligencias, provia no officio a Francisco Viegas, para dito effeito, e para escrivão das datas (das terras ou sesmarias) e declarou que passava a provisão de sua mão, por não haver escrivão e que déra Juramento ao dito Francisco Viégas, para esse effeito de fazer villa, que bem e fielmente fizesse seu officio, e que este assignaria com elle aos 13 do dito mez.

Abaixo vem o despacho que diz: Registre-se esta provisão no Livro de Registro desta Camara, hoje 30 de setembro de 1600. Antonio Pedroso — Antonio Affonso — João Caldas".

*

Benedito Calixto, copiando crônicas antigas, reproduz o documento do maço n. 3 de próprios nacionais, existente no Cartório da Tesouraria da Fazenda, citada aliás por vários escritores entre os quais M. E. de Azevedo Marques, no qual, como confirmação do documento anterior, se lê:

"Aos 31 de Outubro de 1601 se ajuntaram os officiaes da Camara desta Villa de S. João Baptista de Cananéa e assim mais os moradores desta dita Villa e forão buscar um sitio accomodado para se fundar a villa, conforme a provisão do Sr. Governador, onde se achavão o Capitão Diogo de Medina e o reverendo padre Agostinho de Mattos com seu companheiro e se lhes deu posse de umas terras para os reverendos padres fazerem suas casas, quintaes e mosteiro, a qual terra se chama tapéra de tar... (o original ilegível neste lugar e nos ao diante), começando das... até o penêdo e dahi correndo ao longo do mar, digo, das laranjeiras da dita tapéra até o penedo que está no outeiro, o penedo maior; os quaes ditos officiaes, capitães e mais povo houverão por bem conceder estas terras por muitos respeito pelos Revs. padres fazerem muitos serviços a Deus e a nossas almas, e serem elles os fundadores desta povoação em seus principios, e acharem-se sempre nos trabalhos della, e por serem todos contentes lhes concedemos na qual nos assignamos. Eu Manoel Alvares, escrivão da Camara que o escrevi. — Jorge Martinho da Costa. — O Capitão Diogo de Medina".

Entretanto, além desses documentos, quase todos os historiadores e entre elles o próprio Azevedo Marques, Milliet de

Saint Adolphe e muitos outros, fazem referência a outra provisão, dizendo que a povoação foi

“elevada à categoria de distrito por Carta Régia de 18 de julho de 1578 e a município no ano de 1587”.

Alguns autores dizem

“provisão do donatário de 1587”.

Temos ainda a acrescentar a narrativa constante do **Livro de Memórias da Câmara da Vila de São João Batista de Cananéia**, onde se lê o seguinte:

“A primeira noticia que n’esta descripção deve entrar como a fundamental d’esta villa, é a mesma fundação d’ella a qual dizem é mais antiga do que as duas villas de Iguape e Paranaguá, e que teve seu principio no anno mais ou menos de 1587, da qual idade se colhe ter esta até o presente 200 annos de creação. Assim testemunhão um assento declaratorio que se acha em um dos livros da igreja matriz d’esta villa e uma confirmação da carta de sesmaria passada no anno de 1618, em correição de um ministro corregedor enviado do conde donatario da villa de S. Vicente, que então era cabeça de comarca, a qual carta se acha em poder do capitão-mor d’esta villa Leandro de Freitas Sobral.

.....

A respeito do fundador d’esta villa achei alguns que dizem que ainda alcançarão e virão n’esta igreja matriz uma campa de madeira e n’ella esculpido o epitaphio seguinte:

“Sepultura do Capitão Tristão de Oliveira Lobo, por mercê da Magestade, fundador e diretor regente d’esta villa de Cananéa” Porém, não acordão na lembrança a idade n’ella assignada e disserão mais, ter ouvido que elle era natural de Portugal”.

*

Dos documentos citados, o que se deduz é que a povoação, embora incipiente, já existia, sendo aquêlê pôrto sobejamente conhecido muito antes dessas datas pelos componentes das primeiras expedições, como as de Américo Vespúcio, Solis e outras, sendo como que o ponto de parada obrigatória para todos aquêles que se aventuravam aos mares do sul, não só para se refazerem de víveres, como de água, e senão, vejamos o que diz a História.

O dr. J. F. de Almeida Prado, em magnífico trabalho últimamente publicado, ao tratar da expedição de 1512, diz o seguinte:

“Na opinião de Varnhagen, houve por esta data (1512) navegadores portugueses que estiveram em alguns ancoradouros do litoral norte além do Cabo de São Roque, sem contudo lhes ser possível designá-los. Dêste ponto até o “rio de Cananéia” (assim denominado a 29 de fevereiro de 1504, ano bisexto, dia em que São Mateus descreveu o encôntro do divino mestre com a mulher de Cananéia) foi o que se conheceu do Brasil durante muitos anos”.

Em seguida, referindo-se à viagem de Martim Afonso, acrescenta ainda o mesmo historiador:

“Depois de pequena escala nos Alcatrazes, onde Martim Afonso e seu irmão desembarcaram e caçaram, surgiu a expedição em meados do mês (agosto) no fundeadoiro a que se destinavam (Cananéia).

“Aquêlo trecho da costa era bem conhecido de Enrique Montes que vinha a bordo. Ia rever em terra a Francisco de Chaves, seu antigo companheiro da frota de Solis. Também Pedro Anes, piloto de um dos navios talvez tivesse percorrido a região porque entendia a língua dos nativos. Os dizeres dos que tinham estado em Cananéia, como Caboto, D. Rodrigo de Acuña, Diogo Garcia e outros, asseguravam que **dêste povoado** (70) era fácil atingir às minas do sertão.

“Dos europeus habitantes nos portos vizinhos da costa, e navegantes de passagem, tinham reunido os moradores de Cananéia noções sobre o Paraguai e o Perú. A informação que deram, convenceu Martim Afonso da oportunidade em mandar uma bandeira exploradora para averiguar onde se encontrava o ouro” (71).

Também nas “Efemérides” brasileiras, publicadas no **O Estado de São Paulo** (72), lê-se:

Efemérides do dia 15 de fevereiro.

1502. — Os navios de André Gonçalves e Américo Vespucci que, por ordem do rei d. Manuel, exploravam pela primeira vez o litoral brasileiro, do cabo de São Roque para o sul, depois de terem descoberto o Rio de Janeiro, o pôrto de São Vicente e outros lugares da costa, foram ter ao pôrto de Cananéia”.

(70). — O grifo é nosso.

(71). — J. F. de Almeida Prado, *Primeiros Povoadores do Brasil*, págs. 54-95.

(72). — Edição de 14-2-1958.

Sobre a expedição de Martim Afonso de Sousa, sabemos que tendo a esquadra deixado o pôrto do Rio de Janeiro no dia 1.º de agôsto de 1531, em demanda do Rio Santa Maria, — depois de haver passado ao largo da costa paulista, — foi ancorar na ilha do Bom Abrigo (Cananéia) a 12 do mesmo mês, sendo êsse o primeiro ponto da capitania de São Vicente em que ancorou, sem ter tocado nos portos intermediários.

Ali permaneceu durante 44 dias, tendo sido, por essa ocasião organizada a expedição de Pero Lobo (primeira bandeira paulista), que partiu a 1.º de setembro e da qual nunca mais se teve notícias.

Deixando Cananéia a 26 de setembro, zarpava a esquadra afonsina para o sul, de onde somente no fim do ano regressava, tocando ainda uma vez no mesmo pôrto a fim de procurar notícias da bandeira. Ali permaneceu durante alguns dias e depois, prosseguindo para o norte, foi ancorar em São Vicente no dia 22 de janeiro, quando teve lugar a fundação daquela vila.

E' sabido que, ao chegar em Cananéia, mandou Martim Afonso a Pero Anes, para que fôsse haver fala com os índios, sendo então surpreendido com a presença naquele lugar, não só do famoso bacharel Cosme Fernandes, como do português Francisco de Chaves e mais cinco ou seis castelhanos, que ali viviam há 30 anos na mais perfeita harmonia com os naturais do país. E' admissível que o próprio Martim Afonso, com outros navios da frota, houvesse transposto a barra e permanecido durante muitos dias no povoado.

Mas, como se não bastassem êsses fatos para tornar conhecido o pequeno núcleo, outro, digno de especial menção, vinha ainda torná-lo em maior evidência, como fôsse o tratado de Tordesilhas, pelo qual a linha meridiana passava precisamente por aquêle ponto da costa brasileira, sendo Cananéia considerada como o extremo sul do Brasil.

Daí a sua importância histórica e as dúvidas surgidas entre portugueses e espanhóis pela sua posse, do que resultou, como consequência, o desembarque ali no ano de 1536, de Ruy Moschera, refugiado do Rio da Prata, que, como diz Machado de Oliveira,

“com gente numerosa tomou-a (a povoação de Cananéia) por base de operações contra a vila de São Vi-

cente, e sendo intimado a retirar-se, respondeu que não o faria, uma vez que se achava em terras de Castela” (73).

Outro acontecimento de natureza semelhante ocorreu por ocasião da passagem da expedição de Cabeza de Vaca.

Diz Demersay, em sua **História do Paraguai**, que D. Alvaro Nunes,

“a 2 de Novembro de 1540, deo de véla do porto de San Lucar de Barrameda com uma esquadra de cinco navios, que levavam, alem da tripolação 700 hespanhões entre os quais alguns fidalgos”.

“Levaram tambem 46 cavallos.

“Costeando o Brasil, tomou posse do estabelecimento portuguez de Cananéa, e a 29 de Março de 1541, arribou á ilha de Santa Catharina, tendo perdido duas embarcações. Este desastre e a morte de metade dos cavallos embarcados o induziram a ir a pé por terra á capital do Paraguay”.

O fato de haver D. Alvaro Nunes Cabeza de Vaca tomado posse da povoação de Cananéa em nome de el-rei de Castela, é citado ainda por outros escritores.

O cônego Gay, em sua **História da República Jesuítica do Paraguai** (74), diz que São Francisco do Sul

“era a principio chamado São Francisco de Cananéa”.

No capítulo II do comentário de Cabeza de Vaca encontra-se a seguinte passagem:

“A esquadra chegou a um porto chamado Cananéa, em altura de quaze 24 graus. O porto é bom; na entrada existem algumas ilhas e é limpido, com profundidade de 19 braças.

O Governador tomou posse delle em nome de Sua Magestade e depois disso partiu. Passou pelo rio e pela bahia de S. Francisco e chegou á ilha de S. Catharina que dista d’ali 25 leguas”.

*

Por sua vez, Hernandarias de Saavedra, governador de Buenos Aires, em carta de 12 de maio de 1609, dirigida ao rei de Castela, informando-o sobre a província de Viazá, dizia que

(73). — Machado de Oliveira, **Quadro Histórico da Província de São Paulo**.

(74). — Pág. 32.

“Del Rio de Sam Francisco a la Cananéa, que es um rio y esta um pueblo pequeno en la tierra de Portugueses, abra 27 leguas”.

E depois de referir-se ao transporte de gente, pedia que

“assim mandasse sua Magestade destruir el pueblezuelo que los portugueses tienen comenzado a hacer en la cananéa, porque además de que aquella está en la corona de Castilla y no en la de Portugal” (75).

Como acabamos de ver, não só em princípios do século XVII, mas desde o comêço do século anterior já era conhecida a posição de Cananéia.

Propositadamente deixamos por último a interessante carta cuja cópia nos foi oferecida gentilmente pelo mestre Afonso d'E. Taunay e que bem demonstra o conhecimento que daquella primeiro núcleo de povoadores já tinham os governos europeus.

Trata-se de um documento do princípio do século XVI e que, só por si, basta para demonstrar a importância do povoado e influência de seus habitantes.

Ei-lo:

“La Reyna

ydem bachiller — ...que residis en la cananéa que es en la tierra que ay en la del Rio de la plata sabed que yo he mandado tomar cierto asiento e capitulacion con gregorio de pesquera Rosa sobre el hazer e criar e grangear cierta especieria en esa tierra e le he proveydo de la gobernacion della el qual va a servir el dicho officio y entender en la dicha grangeria como del sabreys e por lo que yo he sydo ynformado que vos a que estays en esa tierra muchos dias e teneys en ella vuestra muger e hyjos yo vos Ruego y encargo que persona que estareys ynformado de la calidad della deys al dicho gregorio de pesquera todos los avisos que vieredes que convienen para el bien de la dicha grangeria e le ayudeis en todo aquello que buenamente podays como persona que va en nuestro seruicio y en lo demas que vos vieredes que no podays servir en esa tierra lo hagays teniendo por cierto que mandaré tener memoria de vuestros seruicios para os hacer a vos y a vuestros hijos la merced que oviere lugar, de valladolid a nueve dias del mes de setiembre de quinientos e treynta e seys años

(75). — Afonso dyE. Taunay, *História Geral das Bandeiras Paulistas*, tomo 1, pág. 229.

/ yo la Reyna / Refrendada semana señalada de beltra y velasques” (76).

Outros fatos importantes ocorreram ainda em Cananéia, anteriormente ao século XVII.

Como já dissemos, no ano de 1536, ali desembarcava Ruy Moschera que, fortificando-se à entrada da barra, logo depois aprisionava um navio francês, no qual, embarcando sua gente e até mesmo alguns naturais do lugar, partiu a atacar a vila de São Vicente, depois do que retirou-se para o sul, seguindo diretamente para Santa Catarina.

Também em 1554 outro acontecimento ali ocorria, o qual, por sua natureza, comprova a importância da colônia: o martírio dos catequistas Pedro Correa e João de Sousa que, andando em missão apostólica, foram vítimas dos ferozes carijós, por insinuações dos espanhóis que com eles viviam.

Por essa ocasião, como afirmam os cronistas, outro companheiro que dizem ter sido o Irmão Fabiano, achando-se enfermo, ficara na povoação de Cananéia.

*

Como acabamos de ver, ainda durante o primeiro quartel do século XVI não poucos foram os acontecimentos havidos naquela localidade, o que confirma sua existência muito antes de 1600, como declara o documento encontrado no maço n. 3 do Cartório da Tesouraria da Fazenda.

Daí a opinião dos escritores quanto à data de sua fundação, quando afirmam ser uma das vilas mais antigas da Capitania de São Vicente.

Para o saudoso historiador paranaense Ermelino de Leão, foi ela

“a primeira povoação civilizada erecta no Sul do Brasil”.

Por sua vez, referindo-se ao ano de 1587, como o de sua provável fundação, diz T. Oscar Marcondes de Souza

“muito antes dessa data já constituía um povoado com regular número de habitantes, pois é sabido que foi durante muito tempo o ponto escolhido pelos espanhóis que iam ao Rio da Prata, para fazerem aguada, abastecimento de víveres, etc.” (77).

(76). — Archivo General de Indias, de Sevilla: 3-1-1.º 1.

(77). — T. Oscar Marcondes de Souza, O Estado de São Paulo, pág. 270.

Capistrano de Abreu, por sua vez, ao tratar dos “marcos” da ponta do Itacurussá, diz que os mesmos não teriam sido ali collocados em 1531 por Martim Afonso de Sousa, porque

“muito antes de sua vinda já era muito conhecida Cananéia ou Cananor”.

Não devemos estranhar tais opiniões, porque, como já disse outro historiador, o caminho que ligava o Atlântico aos portos do Pacífico, no Perú, partia de Cananéia e que bem estreitas eram as relações entre os habitantes desta povoação e os do Paraguai. Por êsse caminho, partindo de Cananéia, deviam ter transitado a expedição de Aleixo Garcia (antes da chegada de Martim Afonso a Cananéia); o padre Leonardo Nunes, quando foi às Aldeias pedir as crianças para catequisar; os espanhóis, que, por intermédio dos jesuítas, atravessaram para o Paraguai, depois de acomodados os carijós pelos irmãos Pedro Corrêa e João de Souza, que nesse caminho foram assassinados; o grupo de viajantes que levou a Schmidel a notícia da estadia de um navio no pôrto de São Vicente e que devia tê-lo informado dêsse caminho (78).

*

Do exposto claramente se vê que a povoação de Cananéia teve sua origem durante o século XVI e não no comêço do século XVII, como diz o documento do maço n. 3 supra citado.

E’ possível, entretanto, que êsse fato se ligue à fundação do Colégio dos Jesuítas, que, segundo a História, teve lugar a 31 de dezembro de 1601.

Para concluir, voltaremos ao que nos revela o livro de **Memórias da Câmara**, instituído por fôrça da Provisão Régia de 20 de julho de 1782, em cujas informações somos forçados a acreditar, não só pela declaração feita pelo vereador Luís Antônio de Freitas, encarregado de sua escrita, como pela atestação da própria Câmara, em 31 de dezembro de 1787, reconhecendo-as como verdadeiras.

Assim, ao tratar da origem da Vila, escreveu aquêlê vereador:

“A primeira noticia que nesta descripção deve entrar como a fundamental desta Villa, é a mesma fundação della, a qual, dizem, é mais antiga que as duas vizinhas

78). — Gentil de Assis Moura, *O caminho do Paraguai a Santo André da Borda do Campo*, in “Revista do Instituto Histórico e Geográfico, vol. 13, págs. 167.

villas de Iguape e Paranaguá, a qual teve o seu principio no ano mais ou menos de 1587, da qual idade se colhe ter esta até o presente 200 anos de criação. **Assim testemunhão um assento declaratorio que se acha em um dos livros da igreja matriz desta villa e uma confirmação da carta de sesmaria passada no anno de 1618, em correição de um ministro corregedor enviado do Conde donatario da villa de S. Vicente, que então era cabeça de comarca, a qual carta se acha em poder do capitão-mór desta villa, Leandro de Freitas Sobral** (79).

E' possível que a referida Carta de Sesmaria por êle examinada fôsse realmente concedida em princípios do século XVII, ou melhor, nos anos de 1600 ou 1601, e que o Corregedor **enviado pelo Conde donatário** fôsse o próprio Ouvidor Roque Barreto, cujo nome consta da Provisão de 13 de julho de 1600.

Mas, nesse caso, também não é lícito duvidarmos da afirmativa daquele vereador, quando diz ter sido a vila fundada no ano de 1587,

“como testemunha o assento declaratorio que se acha em um dos livros da igreja matriz”,

ao qual se havia reportado, e que, portanto, seria público e notório naquela época, entre os habitantes da vila, ou, pelo menos entre as autoridades e pessoas gradas residentes em Cananéia.

Por outro lado, também precisamos atender à frase empregada pela mesma Provisão, quando diz:

“Que estando na povoação de São João Baptista de Cananéia e sendo necessario levantar nella “Pelourinho” e insignias de villa, provia a Francisco Viégas no officio de escrivão”.

Como se vê, a Povoação já existia por essa época (1600) e tanto assim que, no ano seguinte, a fim de procurarem o lugar mais próprio para a sua ereção,

...se ajuntaram os officiaes da Camara desta Villa de S. João Baptista de Cananéia e assim mais os moradores desta dita villa e foram buscar um sitio acomodado para se fundar a villa... onde se achavam o Capitão Diogo de Medina e os reverendos padres Agostinho de Mattos com seu companheiro e se lhes deu posse de umas terras para os reverendos padres fazerem

(79). — O grifo é nosso.

suas casas, quintaes e mosteiro, a qual terra se chama tapéra de tar... começando das laranjeiras da dita tapéra até o penêdo que está no outeiro, o penêdo maior, os quaes ditos officiaes, capitães e mais povo houverão por bem conceder estas terras por muitos respeitos pelos Revs. padres fazerem muitos serviços a Deus e a nossas almas, e serem elles os fundadores desta povoação em seus principios, achando-se sempre nos trabalhos della, etc.

Do trecho citado, o que claramente se conclui é que Cananéia já existia há longos anos, sendo as terras escolhidas doadas aos jesuítas **por serem êles os fundadores desta povoação em seus principios.**

E tão antiga seria a mesma, que o local determinado por essa ocasião, era já uma "tapera", isto é, sitio antigo, abandonado há muitos anos, onde existiam laranjeiras plantadas pelos primeiros moradores.

Mas, como se não bastassem tais documentos para justificar a antigüidade daquela vila, temos ainda outro que não podemos deixar de reproduzir, e que vem registrado nesse monumento de sua História, que são as **Memórias da Câmara**, ao qual, ainda uma vez nos reportamos.

Trata-se de um acontecimento importante ocorrido no ano de 1747, naquela vila, referente à queima dos livros e papéis do Cartório, cujo auto mandado lavrar pelo próprio Corregedor Dr. Antônio Pires da Silva e Melo Pôrto Carreiro, se encontra registrado à fls. 71-73 do **Livro de Vereanças (1746-1762)** existente no Arquivo do Estado.

Sôbre tal fato, diz o vereador Luís Antônio de Freitas, encarregado do registro daquelas **Memórias**:

Do anno de 1747.

Sae a queima do Cartorio desta Villa.

Nesse tempo era Corregedor o dr. Antonio Pires de Mello Porto Carreiro, natural das partes da Europa.

Este em sua correição, sendo-lhe apresentado o cartorio contaminado dos bichinhos chamados — Cupim — e depois de espanado o dito cartorio, mandou publicamente consumir com fogo os volumes destruidos e envolvidos daquela imundice.

"Naquella queima, julgo, se consumira tambem alguma lembrança que hoje se faz necessaria ao proposito desta descripção, porque sendo eu naquelle tempo rapaz, e rapinando daquelle incendio umas folhas de escriptura, em uma dellas li a nota seguinte:

“Saibam quantos & em como no anno. & de 1579 & nesta villa de Maratayama...”.

Confuso eu com a novidade do sobredito appellido e perguntando a meu mestre, homem antigo e natural da cidade de S. Paulo, de onde manava aquelle extranho nome? Este me satisfez com a seguinte declaração.

Disse que a dita escritura não era feita nesta Villa, mas sim em outra primeira, a mais antiga, que com o dito appellido estava situada da outra parte desta Villa, na ilha da costa do Mar (80) na paragem ainda hoje chamada — Boa Vista, — e que de alli por melhor comodo de habitação, vizinhança e presteza dos materiaes, se mudou para esta parte hoje chamada — Cananéa — de cujo nome tambem ignorava a sua causa.

“Os indicios da dita Villa primeira, na verdade, eu por vezes os tenho visto” (81).

*

* *

Confrontando-se os escritos esparsos, crônicas e documentos, parece-nos fora de qualquer dúvida, que a histórica cidade litorânea teria tido a sua origem nos primórdios do século XVI, quiçá na ocasião em que Pedro Corrêa, João de Souza e outros jesuítas, inclusive José de Anchieta, percorriam os sertões de Cananéia (1554) onde, entre os índios, além de alguns portuguezes, habitavam também muitos espanhóis.

Ora, se Martim Afonso de Souza, aportando em Cananéia em 1531, era surpreendido com a presença de vários europeus que ali se achavam há 30 anos; se Ruy Moschera, em 1536, fazia do povoado base de operações contra os vicentistas; se, em 1554, vários jesuítas percorriam a região em missão apostólica, enquanto que um dêles, o irmão Fabiano, por doente, se conservava na vila, — como admitir-se a fundação da mesma quase um século depois, quando, como escrevem os cronistas, foi ela

“uma das primeiras vilas criadas ou fundadas no Brasil”.

Como é fácil de ver-se, o que se deu por essa ocasião (1600), foi a **transferência** da vila primitiva (**Maratayama**),

“a mais antiga, que estava situada da outra parte desta vila, na costa da ilha do mar, e que dali, por melhor comodo de habitação, vizinhança e presteza dos ma-

(80). — Ilha Comprida, defronte da ilha de Cananéia.

81). — Memórias da Câmara de Cananéia.

teriais, se mudou para esta parte, hoje chamada — Cananéia”.

Sòmente assim poder-se-á comprehender o documento de 31 de outubro de 1601, encontrado no maço n. 3 de Próprios Nacionais, quando diz:

“se ajuntaram os officiaes da Camara desta villa de São João Baptista de Cananéa e assim mais os moradores, e forão buscar um lugar acomodado para se fundar a Villa”.

estando presentes o padre Agostinho de Matos com seus companheiros, aos quais se lhes deu posse de umas terras para fazerem suas casas, quintais e mosteiro,

“por terem sido eles os fundadores desta povoação em seus principios, achando-se sempre nos trabalhos della”.

*

Quanto aos indícios da vila primitiva, observados pelo vereador encarregado de escrever as Memórias da Câmara, — já não existem mais.

Entretanto; interrogando os proprietários do sítio Boa Vista, que se acha quase em frente à cidade de Cananéia, disseram-nos que há alguns anos, procedendo à derrubada de matas para roças, depararam com vários alicerces de antigas construções, aproveitando as pedras para os das próprias casas.

Outrossim que, de uma tapera situada distante do mar, na qual se achavam restos de pilares, tinham observado vestígios, hoje quase irreconhecíveis, de uma estrada larga, com valas laterais, que vinha ter à beira do barranco, no lugar em que ainda hoje existe uma frondosa árvore de guanandí.

Do exposto podemos, pois, concluir que a fundação de Cananéia teve lugar nos principios do século XVI, no sítio denominado Boa Vista, na Ilha Comprida, em cujo local recebera o título de **Maratayama**, ali se conservando, talvez, até o ano de 1600, quando foi transferida para a ilha de Cananéia, perdendo quêle nome que, segundo um velho manuscrito, seria o do chefe indígena local.

Nem de outra forma poderíamos conciliar os documentos existentes quando, como diz o mestre Afonso d’E. Taunay,

“Iguape e Cananéia não são povoações de origem vicentistas, os documentos esclarecem-no, muito embora

depois, ambas as localidades, em tempo, gravitassem na órbita de São Vicente" (82).

E êsse fato da transferência de vilas ou povoados, de um lugar para outro, era muito comum naquela época, como aconteceu com a vila de Iguape e outras.

Gustavo Barroso, em seus magníficos trabalhos históricos publicados na revista **O Cruzeiro**, ao tratar das duas capitânicas do Espírito Santo, cita a existência das duas vilas — **Vila Velha**, que serviu de primeira capital e **Vila Nova**, mais tarde Vitória.

E acrescenta:

"Idêntico fato ocorreu em outras Capitânicas do Brasil onde o primeiro estabelecimento dos fundadores por êste ou aquêlo motivo, teve de mudar de lugar. No Ceará, o primeiro fortim com o seu povoado na barra do Rio Ceará foi transferido para uma colina mais ao sul, à margem do Riacho Pajeú, o Marajaik dos holandeses, ficando aquêlo local conhecido como Vila Velha. Em Pernambuco, a cabeça da Capitania assentada em Olinda seria transferida com o tempo para o Recife. Na Baía, a Vila Velha de Caramurú, na Barra, antiga povoação do Pereira, viu-se suplantada pela construção do Salvador nos altos próximos" (83).

*

Quanto à origem do vocábulo **Maratayama**, segundo os tupinólogos, significará — **terra do mar**, — de **Tāma**, **yāma**, — terra, (pátria) e **mara**, — mar. Pelo menos é assim que nô-lo explica Jorge Hurley, em seu **Vocabulário tupi-português** (84).

Não deixa de ser interessante a observação que fizemos, da maneira pela qual em Cananéia, ainda hoje, o povo costuma referir-se à Ilha Comprida. Assim é que, em geral, não pronuncia o verdadeiro nome, e muito menos a denominação dada por Gabriel Soares, de **Ilha Branca**, mas sim **Ilha do Mar**, que bem poderia traduzir o vocábulo tupi-guarani, de **terra do Mar**.

Seria uma corruptela, para significar a **terra**, **pátria**, a **vila**, finalmente, — Vila do Mar, isto é, que estava situada na **Ilha do Mar**, — demonimação esta até hoje muito comum em Cananéia, conservada, principalmente, pelos que ali residem.

(82). — Afonso d'E. Taunay, *História Geral das Bandeiras Paulistas*, tomo I, pág. 143.

(83). — Gustavo Barroso, *As duas capitais do Espírito Santo*, in "O Cruzeiro", n.º 31, ano 29., de 18 de maio de 1957, pág. 32.

(84). — In *Anais do Museu Paulista*, tomo XVII, pág. 333.

Portanto, **Maratayama**, por força de expressão, bem poderia ser a **terra, a vila, povoação, (ilha) do Mar**, que estava na Ilha do Mar, — denominação esta até agora em uso naquela cidade, para designar-se a Ilha Comprida.

*

* *

CAPÍTULO XI.

ETIMOLOGIA DO VOCABULO “CANANÉIA”.

Bastante árdua tem sido a tarefa dos que, dedicando-se ao estudo da História, têm procurado esclarecer a origem do vocabulo **Cananéia**.

De nossa parte, diremos que apesar dos esforços empregados, revolvendo velhos manuscritos e até mesmo o livro de **Memórias da Câmara** da antiga vila, nada conseguimos sôbre o assunto, a não ser uma simples referência contida nesse precioso manuscrito, onde se diz que a primitiva povoação recebera o nome de “**Marataiama**”, e estava colocada na Ilha Comprida, de onde, por melhor cômodo e habitação se transferira para a ilha fronteira, recebendo o nome de “**Cananéia**”, cuja origem também o autor ignorava.

Assim, limitar-nos-emos a assinalar a opinião já conhecida, dos nossos escritores.

Como se sabe, por ocasião da descoberta do Brasil, a costa meridional, desde a Bahia de Todos os Santos, recebeu nomes portuguezes, quase sempre de mártires cristãos, conforme o dia em que eram descobertos, e que, ao chegar a primeira expedição ao pôrto ou ancoradouro do Bom Abrigo, foi empregada a frase **chegamos ao pôrto de Cananéia**, não esclarecendo o motivo dessa denominação, que, segundo um historiador patricio, já devia existir entre os gentios habitantes do lugar.

João Mendes de Almeida, em seu **Dicionário Geográfico da Província de São Paulo**, diz que a palavra como nome da ilha poderia ser corruptela de **Caé-anã-n-é**, — que significa “monte espesso, separado”. De **Caá**, significando “monte”; **anã**, “espesso”, “grosso”, com aplicação a corpo, bosque, monte; **n**, intercalado por ser nasal, par ligar com **é**, que significa “separado”, à parte.

“Alusivo a estar separado do continente pelo **Candairó**”. Por contração, **Caá-anã-n-é**.

“Os indígenas, nomeando-a **Caá-anã-n-é**, queriam talvez assinalar a diferença entre esta ilha (de **Cananéia**)

e a denominada corruptamente **Ilha Comprida**, porque esta é arenosa e sem vegetação, tendo apenas algum mangue”.

Antes de mais nada, diremos que a ilha de Cananéia não está separada da ilha Comprida pelo môro do Candairó, mas sim pelo braço de mar chamado **Mar Pequeno**. Além disso, não procede a alegação de ser a ilha Comprida arenosa e sem vegetação, tendo apenas algum mangue” (85).

Tal asserção não representa a verdade, pois tanto a Ilha Comprida como a de Cananéia são arenosas, possuindo a mesma vegetação e semelhança. Ambas possuem madeiras de lei e de qualidade, verdadeiras florestas de madeiras brancas, como a caixêta, sendo de notar-se que, enquanto a de Cananéia possui grande quantidade de mangue em quase tôda a sua circunferência, na ilha Comprida essa espécie não existe em tôda a sua extensão bordada pela chamada praia de Fora que mede cerca de dez léguas.

E depois de citar a descrição feita por Martim Francisco, em seu trabalho **Diário de uma viagem mineralógica pela Província de São Paulo em 1805**, no qual o autor descreve os dois braços de mar que banham a ilha de Cananéia, dizendo:

“E pois, atendendo bem para esta descrição, e para a frase usada em algumas crônicas, — ”as ilhas de Cananéia” — assaltou-me ao espírito a dúvida — se o nome era da ilha ou do braço mencionado; e assentei que era dêste”.

“O braço ou canal (Mar Pequeno) teria o nome **Canã-n-é**, tortuoso, sem perigo”. De **Cana**, “tortuosidade, meneios, meneiar-se”, é, “comodidade, facilidade, sem embaraços, sem perigos”, com a intercalação de **n** por ser nasal a sílaba **nã**”.

“Alusivo a ser de boa navegação, apesar das tortuosidades, êsse braço de mar, em contraste com o outro braço paralelo, entre a ilha e o Continente”.

“Todavia, continua — quer a ilha o canal, podiam ter recebido as mencionadas denominações em tupí, porque os indígenas soiam usar disso, no modo de nomear lugares”.

Antes de prosseguirmos, observaremos que nenhuma dificuldade oferece à navegação em qualquer dos mencionados canais.

(85). — João Mendes de Almeida, **Dicionário Geográfico da Província de São Paulo**, pág. 53.

*

Teodoro Sampaio e Orville A. Derby, em magnífico parecer sobre a verdadeira grafia do nome **guayaná** (88) dizem o seguinte:

“Percebe-se que o nosso primeiro geógrafo no começo do século XIX já escreve sob influência da corruptela, que, por efeito dessa lei de menor esforço que leva o português a afeiçoar, a seu modo, os vocábulos tupis Pernambuco, por **Paranâpuca**; Parnaguá, por **Paranaguá**; Parnahyba, por **Paranahyba**; Guanabara, por **Guaranâpará**; Itabaiana, por **Tayabana**; Cananéia, por **Canénéê**, são os efeitos dessa lei inflexível que vai tudo remodelando à feição dos conquistadores”.

Benedito Calixto publicou em seu livro **Capitania de Itanhaém**, uma carta de Orville Derby, na qual, aludindo ao trabalho de Teodoro Sampaio sobre **O Tupi na Geografia Nacional**, referia-se ao nome de **Cananéia**,

“onde se apresentavam argumentos lingüísticos e históricos em apóio da hipótese de ser esta designação de uma localidade brasileira, uma corruptela aportuguesada da palavra indígena “Cananéia”, e não como à primeira vista parece, um nome bíblico”.

E prossegue:

“Conforme esta hipótese, o primeiro passo na transformação foi para a forma “**Cananor**”, que vem citada no Mapa de Ruych, de 1508, e no mapa incluído na edição de Ptolomeu, impresso em 1513. Êstes dois mapas eram evidentemente baseados, em sua parte sul-americana, no mapa de Waldsemüller, impresso e largamente divulgado em 1507, e êste, por sua vez baseado no mapa Canério, que nesta última data, ou um tanto antes (1505), já se achava nas mãos do Duque de Lorena e assim acessível ao cartógrafo Waldsemüller, que o reproduziu impresso em 1516.

“Assim, a data da introdução na cartografia do nome de “**Cananor**”, fica recuada da confecção do mapa Canério, posterior à volta, em fins de 1502, da expedição portuguesa de 1501 e presumivelmente anterior às medidas proibitivas da divulgação em mapas particulares das descobertas portuguesas, decretadas pelo governo de Portugal em 1504. O mapa Canério pertence a um grupo de

(86). — Vide *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. 11, págs. 27 a 34, 1897.

três, confeccionados por autores diversos, logo depois da volta da referida expedição e baseados, quanto ao itinerário desta, em diversas cartas de marear, fornecidas por um outro dos expedicionários.

“Há forte presunção de que o fornecedor de dados originais para dois destes mapas — Canério e Kunstman II — fôsse o célebre italiano Américo Vespucci, ao passo que o do terceiro — Kunstman III, — foi certamente um navegante português.

“A nomenclatura nestes três mapas é essencialmente idêntica, salvo a omissão de diversos nomes no terceiro dos acima mencionados e a italianização e estropiamento de quase todos os nomes portugueses nos outros dois.

“Por motivo destas diferenças, e de outras que não interessam a presente discussão, o mapa de Kunstmann III deve ser considerado como possuindo mais do que os outros, o caráter oficial.

“Nos dois mapas com nomenclatura italianizada, o último nome para o sul é “Cananor”, ao passo que no mapa mais puramente português é “Cananéia”. Daí resulta que os dois nomes aplicados ao mesmo ponto geográfico, são estritamente contemporâneos, mas que o último foi aplicado e empregado pelo oficial de bordo, presumivelmente o comandante da expedição, que dava nomes aos pontos sucessivamente descobertos na viagem.

“A predileção desse oficial pelos nomes do calendário é bem aparente, mas, na denominação “**península detenção**” (Canério) que se pode tomar formas italianizadas do português “Pináculo da Tentação” aplicado a um pico na vizinhança de Angra dos Reis, encontramos indícios de uma outra predileção pelos nomes bíblicos.

“Esta última circunstância combinada com a notada por Kohl e Rambaldi, que no ano de 1501 o primeiro domingo da quaresma sugestivo das Bodas de Caná caiu no dia 17 de fevereiro, data em que a expedição devia ter estado no porto em questão, cria um forte argumento contra a hipótese de origem indígena desse nome.

“Contudo convém notar que o mapa de Kunstmann III traz um nome que é indubitavelmente de origem indígena.

“E’ a “Ilha de Goanas” (Ilha de guaianazes?) colocada entre “Cananéia” e “São Vicente”. E’ lícito presumir que a expedição, logo no seu primeiro encôntro com a costa brasileira, aprisionasse um ou mais índios que talvez se houvessem habilitado a servir de intérpretes antes de chegar ao fim da viagem costeira, mas tais intérpretes presumivelmente não teriam podido comunicar-se livremente com os índios da costa paulista. E’ mais razoável supor que do próprio porto de Cananéia fôsse levado um ou mais prisioneiros que, antes de chegarem a Lisboa, ti-

vesse aprendido o bastante da língua portuguêsã para comunicar o nome do seu *habitat* e quiçã o da tribo a que pertenciam.

“Sôbre o nome de **Cananéia** diz ainda Teodoro Sampaio, em umas notas sôbre o livro de Hans Staden, na “Edição Comemorativa do IV Centenário da descoberta do Brasil”:

“... (o pôrto chamado **Caniné**...). E’ o pôrto de Cananéia, bastante conhecido desde os primeiros anos do descobrimento.

“A grafia de Staden — **Caniné**, — combina com pequena diferença com a de Frei Vicente Salvador, que escreve **Canané** e nos revela que o nome tão discutido de Cananéia, nenhuma relação tem com a figura bíblica da mulher de Sarepa. À simples corruptela do vocábulo tupí **Caniné**, o mesmo que **Canindé**, aplicado a uma espécie de arara abundante nessas paragens, se deve atribuir a confusão do nome.

“Em mapas antigos, a alteração do vocábulo **Caniné** ou **Canindé**, chegou até a identificá-lo com **Cananor**” (87).

Em seu magnífico trabalho, termina Teodoro Sampaio, dizendo que “Cananéia” não é senão uma palavra tupi, “lusi-tanizada”, por simples homofonia.

E prossegue:

“Na narrativa de Hans Staden da primeira metade do século XVI, se encontra essa palavra com a grafia **Caninee**, enquanto que na “História do Brasil” de Frei Vicente do Salvador, “**Canene**”, palavras que se identificam com o nome **Canindé**, de uma espécie de Arara, provavelmente abundante na localidade, em cujas vizinhanças outro povoado e canal com o nome de Ararapira, lembra ainda a freqüência dessa ave nos sitios que foram outrora considerados como limite entre carijós e tupiniquins.

“A corrupção da palavra tupí fêz-se porém tão breve e profundamente, que de **Canindé** ou **Caninné**, se alterou para **Cananéia** ou ainda para **Cananor**, como se lê na carta de Ruych, de 1508 e no mapa da América, da edição de Ptolomeu, de 1513” (88).

*

Como acabamos de ver, segundo o notável tupinólogo, o vocábulo deve ter sua procedência no nome “de uma espécie de arara”.

(87). — Benedito Calixto, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. XX, págs. 688 a 690.

(88). — Teodoro Sampaio, *O Tupi na Geografia Nacional*, in “*Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*”.

A êsse respeito, devemos recordar que na Ilha de Cananéia não há, nem consta ter existido nenhuma espécie de arara, — ave esta que além de ser pouco abundante no município, é encontrada geralmente na parte do continente.

Nas ilhas as mais freqüentes espécies de aves trepadeiras são os periquitos e, principalmente, as maritacas, que constituem uma verdadeira praga em tôda a ilha do Cardoso (Itaquatiára), e os papagaios, que vivem de preferência na ilha Comprida, de onde, tôdas as manhãs, ao romper da aurora, em majestosa revoada, alçam o vôo e passando por sôbre a ilha de Cananéia, dirigem-se para o continente, retornando ao pôr-do-sol para o seu **habítat**.

Há poucos anos ainda, nesse constante vai-vem, os bandos retardatários, em seu regresso, costumavam interromper o vôo sôbre a ilha de Cananéia, onde pousavam na mata próxima ou limítrofe com o rocio da cidade, da qual se afastaram nos últimos anos, por ter sido a mesma derrubada para dar lugar ao campo de aviação. Como se vê, papagaios e não araras, foi o que sempre ali se viu.

Êsse ponto, distante pouco mais de um quilômetro do antigo Pelourinho, ainda hoje conserva o primitivo nome de — **Jurukessaba** —, que a nosso ver, nada mais é que uma corruptela de — **Ajurukessaba**, — para significar o — **posou dos papagaios** — da mesma forma que — **Guarakessaba**, — exprime o **pouco dos guarás**.

Por outro lado, não devemos nos esquecer de que a primitiva povoação não se achava situada na ilha de Cananéia, mas sim defronte, na ilha Comprida, no lugar denominado Boa Vista, fronteiro ao Juruquessaba, cujo sítio, entretanto, segundo revelou o livro de **Memórias da Câmara**, chamava-se **Maratáia** e não Cananéia.

Assim, parece-nos mais razoável dever ser a adoção de um vocábulo relacionada antes com papagaios, ainda hoje ali existentes em grande quantidade, do que com aquelas aves que, além de raras, preferem a região mais elevada, no continente, junto à cordilheira, do que a orla marítima.

Outra afirmativa que nos parece improcedente, é quanto à localização de Ararapira, que hoje pertence ao Estado do Paraná, e não se encontra nas **vizinhanças** de Cananéia, mas sim no istmo do Varadouro, cêrca de cinco léguas ao sul daquela cidade.

Vários escritores são de parecer que a palavra — Cananéia, — é de origem hebraica e não nheengatú ou tupi. E para isso,

citam passagens da Bíblia, onde aparece o vocábulo, para designar os habitantes de uma das regiões da Fenícia.

Como vimos, Teodoro Sampaio cita ainda a alteração que teve o referido vocábulo que, de Caniné e Canindé, chegou a ser transformado para — **Cananor**. Entretanto, com esta denominação também já se conhecia uma cidade da Índia, onde estivera Vasco da Gama, em 1498 e que, em 1500 era uma poderosa fortaleza.

Portanto, parece-nos, tal nome não poderia ser uma corruptela do vocábulo tupi, como querem alguns escritores.

Para outros ainda, Cananéia vem de Canaan, como significativo de — **terras baixas**.

Para isso citam Pelt, em sua **Histoire de l'Ancien Testament**, quando diz:

“Chanaan signifie les “basses terres”, et fut primitivement le nom de la côte sur laquelle se bâtirent les grandes villes de la Phénicie”.

No livro de São Mateus, encontramos ainda a seguinte passagem:

“Tendo saído Jesus dali, retirou-se para os lados de Tiro e de Sidon. E uma mulher cananéia, que tinha vindo daquelas regiões, clamava: Senhor, filho de Davi, tem compaixão de mim! Minha filha está horrivelmente endemoninhada”.

Como diz Gustavo Barroso:

“Duarte Leite, certo da adulteração do nome primitivo, entende que o foi dado pela expedição de 1503, a qual percorreu a costa brasileira, batizando-lhe alguns acidentes pelas efemérides do calendário cristão. O erudito historiógrafo, baseado nas ladezas do **Esmeraldo de Duarte Pacheco**, aventa ter sido o batismo de Cananéia no dia 29 de fevereiro de 1504, quinta-feira seguinte ao 1.º domingo da Quaresma, dêsse ano bissexto, a que correspondem nos versículos do Capítulo V do Evangelho de São Mateus, em que se relata o encontro de Nosso Senhor Jesus Cristo com a mulher cananéia, cuja filha Êle sarou”.

E pergunta, ainda, o ilustre acadêmico:

“Não teria sido o nome pôsto pela expedição de 1501, em seguimento natural às datas aliográficas em que assinalou a costa?” (89).

(89). — Gustavo Barroso, **História e lendas de uma velha cidade**, in **Revista “O Cruzeiro”** de 18-1-1958, pág. 65.

Como acabamos de ver, o vocábulo “Cananéia” ou “Cananéa” já existia, mesmo antes da descoberta do Brasil, o que nos leva à convicção de que o seu emprêgo, para nomear a histórica povoação do nosso litoral, devia ter sua origem, não em qualquer palavra da língua tupi, mas sim no calendário bíblico, como o dizem Kohl e Rambaldi, devendo ser aplicado à antiga vila da marinha, em comemoração do primeiro Domingo da Quaresma, que, no ano de 1501, ao que dizem os escritores, caíra a 17 de fevereiro, quando se presume ter chegado àquê-
le pôrto do litoral paulista, a expedição de Américo Vespúcio.

(Continua no próximo número).

ANTÔNIO PAULINO DE ALMEIDA
da Sociedade de Estudos Históricos de São Paulo.